

Curitiba, 16 de dezembro de 2019

GOG

Excelentíssimo senhor
André Pepitone da Nóbrega
Diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica

CARTA DE CURITIBA

Neste momento, de desafios para a sociedade civil e para os poderes públicos, há que se ter clareza quanto às prioridades essenciais ao pleno desenvolvimento do Brasil. Há que se ter clareza das ações propositivas que alavancarão o crescimento da produção, bem como o crescimento econômico. Há que se ter energia, na literalidade da palavra, senhor presidente.

É de notório conhecimento que as matrizes energéticas precisam ser renovadas, e a geração distribuída é um agente fundamental no aperfeiçoamento da nossa matriz elétrica. Há tempos, pessoas físicas e jurídicas vêm se dedicando a esse tema, por saber que há riscos de paralisação da produção e de serviços básicos por falta de energia.

Os recursos naturais têm seus limites, e outras fontes de energia vêm amparando esse cenário que parece futurista, porém, atual.

Os investimentos em energias renováveis podem elevar o Brasil à condição de nação ambientalmente consciente e respeitosa aos acordos firmados perante a comunidade internacional.

Por conta dessas e outras razões, as energias renováveis, com forte apoio da geração distribuída, são importantes para o Brasil e para o povo brasileiro.

De todas as energias renováveis e de fácil acesso, destaca-se a energia solar. Possível a todos, pois advém da luz natural e transforma-se em força propulsora para produção, gera postos de trabalho, reduz a desigualdade e resulta em divisas para o Brasil.

Muitas empresas brasileiras de pequeno, médio e grande porte, há tempos, investem recursos financeiros em energia solar, gerando empregos, impostos, tecnologia, comprometendo-se com o meio ambiente, com a sociedade justa e plural.

Todavia, há percalços que vêm sendo criados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que comprometem sobremaneira a sobrevivência desse seguimento. O que, por sua vez, traz impactos negativos para o Brasil, como o desaparecimento de 100 mil empregos diretos, investimentos do setor produtivo e toda a cadeia em seu entorno.

A ANEEL, de maneira unilateral, resolveu elencar alternativas, na forma de Consulta Pública, sem estabelecer diálogo aberto com os interessados. Tais medidas, se adotadas, podem trazer calamidade para o segmento da geração distribuída e para toda a cadeia especialmente de energia solar, em todo o Brasil.

Assim, hoje, 16 de dezembro de 2019, depois de tantas tentativas de diálogo com a ANEEL, o segmento de energia solar buscou ajuda e gritou por socorro: realizou-se, na Câmara Municipal de Curitiba, por proposição do vereador Marcos Vieira e do deputado federal Gustavo Fruet, audiência pública, na qual se reuniram dezenas de empresários. O evento público elencou os seguintes pontos como cruciais para a sobrevivência da energia solar no Brasil:



Data: 20/12/19 16:40
Amanda

- 1) Que a ANEEL venha sobrestar a Consulta Pública, que tem prazo fatal de 30/12/2019.
- 2) Que, a exemplo de outros países, as regras atuais para geração distribuída sejam mantidas até que sua participação represente 5% da matriz elétrica nacional.
- 3) Que se estabeleça um calendário de reuniões regionais, em diversas unidades da federação, com a presença da ANEEL, ABSOLAR, ABGD, ABRAPCH, entre outras, bem como de associações regionais, como a APSOLAR, do Paraná, para que possamos debater regionalmente ajustes nas propostas a serem expostas à sociedade brasileira.
- 4) Que se estabeleça um marco legal para a geração distribuída, com a necessária segurança jurídica e regulatória ao mercado e ao setor, garantindo em lei o direito do consumidor de gerar e usar a própria eletricidade tanto em casa quanto em empresas e em propriedades rurais.
- 5) Que o direito adquirido seja tratado com regras e prazos específicos, para que não se gerem custos adicionais e perdas não previstas afetando, a posteriori, patrimônio e renda do gerador, com regras inexistentes ao tempo da sua decisão de investir e instalar o parque gerador próprio.
- 6) Que a geração na carga e a geração remota sejam analisadas de formas distintas, como seus correspondentes componentes, objetivando uma análise mais equilibrada sobre o tema de “uso da rede”.

Senhor diretor, rogamos pelo seu apoio e interveniência perante a ANEEL e que atenda os pontos nesta *Carta* elencados e cruciais para que o setor de energia solar se mantenha vivo no cenário brasileiro.

Outro encaminhamento resultante da audiência pública é a criação de um fórum permanente e itinerante no Paraná sobre energias renováveis a ser instalado em abril de 2020 com apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Subscvem a presente *Carta de Curitiba*, o segmento de energia solar e todos os demais setores que subsistem das políticas em prol dos empregos gerados, da pesquisa e da tecnologia, da preservação do meio ambiental e da vida. São signatários também da Carta o vereador Marcos Vieira e o deputado federal Gustavo Fruet que foram os proponentes da audiência pública que resultou nessa carta à sociedade brasileira.

